

ATA nº 7

Mandato de 2023/2026

Assembleia Regional da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da
Ordem dos Arquitectos

Ao vigésimo oitavo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e três teve lugar a assembleia ordinária do mandato 2023/2026, na sede da Ordem dos Arquitectos, em Lisboa, convocada pelo presidente da Mesa da Assembleia Regional da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, João Paulo Bessa (JPB), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da Ata da 5ª Assembleia Regional de 20 de dezembro de 2022;
2. Apreciação e Aprovação do Plano de Atividades de 2024;
3. Outros assuntos de interesse para a Secção;

A assembleia teve início pelas 21:00 horas, uma vez que às 20:00 horas não havia ainda o quórum exigido legalmente. O Senhor Presidente João Paulo Bessa (JPB), saudou todos os presentes e a título informativo referiu que o som da sessão estaria a ser gravado apenas para efeitos de elaboração de ata.

Estiveram presentes na Assembleia Regional 23 arquitetos, que se encontram inscritos nesta Secção Regional enquanto membros efetivos e no pleno exercício dos seus direitos.

O Presidente JPB referiu ainda que apenas os membros que estiveram presentes na assembleia regional de LVT do passado do dia 20 de dezembro de 2022, é que estariam aptos a votar no ponto 1.

O Presidente JPB colocou por isso à votação o **ponto 1** da OT:

Ponto 1. Aprovação da Ata da 5ª Assembleia Regional de 20 de dezembro de 2022:

| | |
|-----------|---|
| A Favor | 3 |
| Contra | 0 |
| Abstenção | 0 |

A Ata da 5ª Assembleia Regional, recebeu um total de 3 votos favoráveis dos três elementos que estiveram presentes na referida Assembleia, tendo sido aprovada.

Seguidamente, o Senhor Presidente JPB passou ao ponto 2 da OT.

Ponto 2. Apreciação e Aprovação do Plano de Atividades de 2024:

O Presidente do Conselho Diretivo Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CDRLVT), arquiteto Pedro Novo (PN) pediu para fazer uma nota previa à apresentação do Plano de Atividades para 2024. Referiu a intenção de que a Assembleia ocorresse ainda em 2023 e o Plano de atividades pudesse ser aprovado segundo o enquadramento estatutário vigente, mesmo que apenas eleitos há pouco mais de 40 dias.

Passou de seguida à apresentação do Plano de Atividades para 2024 nas suas diversas vertentes.

Estando a apresentação do Plano finalizada, o Presidente JPB disponibilizou a todos os membros presentes um período para a apreciação de plano de atividades.

Segue-se um resumo das intervenções de membros:

1. Nuno Teixeira (NT) membro nº 16737:

Questionou se o manual de boas práticas de concurso e encomendas seria físico ou digital.

O Presidente PN respondeu que este manual pretende ser um documento de apoio ao que serão as reuniões de serviços da secção LVT e CDN tenham junto dos municípios e promotores. E que poderá ser digital e físico, ou ambos, estando ainda a avaliar a situação.

A segunda questão, prendeu-se com o facto de ter tido a informação que foi lançado o repto a diversas editoras para parcerias com a Secção, mas que enquanto também editor ainda não foi contactado.

Em resposta, o Presidente PN referiu que apenas algumas editoras foram contactadas, não todas, não estando ninguém excluído.

A terceira questão teve que ver com a previsão da reedição do Livro «Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal», visto que fazia parte do orçamento da anterior direção e questiona se será para avançar.

O Presidente PN respondeu que quando esta reedição surgiu com o CDR LVT anterior, ele próprio achou estranho porque entende que esta deve ser uma publicação de âmbito nacional. Acrescentou que há vontade de participar, mas que terá de ser uma reedição levada a cabo pelo CDN.

O arquiteto TN concluiu a intervenção dizendo que a haver uma reedição, seja através de consulta a editoras ou por sistema próprio, não entende porque não foi consultado.

2. Carla Lima (CLV), Membro nº 11631:

Agradeceu e louvou o facto deste Plano de Atividades ter sido apresentado ainda antes do final do ano de 2023. Como nota positiva a visão estrita no sentido do cumprimento das competências estatutariamente previstas a uma Secção Regional, decorrente da leitura do Plano.

Deixou algumas questões que não viu neste plano e que gostaria de ver referenciadas:

– **Primeira questão:** Decorrente da Uniformização de Procedimentos, e em relação às atividades da Presidência, questionou qual irá ser a articulação entre CDRLVT e CDN quanto a este tema, e com as diversas entidades envolvidas:

a Secretaria de Estado da Habitação, AMA e Secretaria de Estado da Modernização Administrativa. Como é que será essa articulação visto que são dois trabalhos que podem conflitar.

– **Resposta do Presidente PN:** Respondeu procuram uma aproximação aos 52 municípios, e isso passa por abordá-los através de diversas iniciavas e reuniões. Pretendem levar a cabo um trabalho de sensibilização para que os municípios, esferas políticas e, juntamente com o CDN consigam construir uma base de trabalho articulado, para que o CDN o faça formalmente.

Sublinhou que o trabalho do CDRLVT é de sensibilização e proximidade para com as necessidades quotidianas dos membros na sua prática profissional e também dos técnicos que trabalham nestes municípios.

O CDRLVT terá uma reação essencialmente operativa e não reativa a elaboração de diplomas ou alterações legislativas que cabe ao CDN.

– **Segunda questão:** No Plano é referido que houve nos Serviços Financeiros uma redução da despesa fixa estrutural, não entendendo que a redução se cingia à renegociação de seguros do pessoal da Ordem ou se existe mais alguma atividade prevista para esta redução?

– **Resposta do Presidente PN:** Disse que a redução de custos estruturais tem que ver com a vivência quotidiana do edifício sede. Que se pretende, numa primeira fase, tornar o edifício mais sustentável. E que estão a fazer um inventário dos custos do edifício para depois otimizar esses custos que são mensalmente elevados. Diz que existem “gorduras” (ex.º contrato dos elevadores) que têm de ser renegociados.

– **Terceira questão:** Felicitou a ideia de criar uma Bolsa de Jurados, mas deixou um alerta para que esse documento/regulamento previsto não seja um procedimento excessivamente burocrático que possa dissuadir as entidades promotoras a utilizar os serviços de concurso da OA, visto que funciona bem. Entende que é muito positivo e há experiências semelhantes a nível internacional com bons resultados.

– **Resposta do Presidente PN:** Agradeceu a nota e referiu que esta Iniciativa democratiza a lógica do Concurso e que terá de ser regulamentada, mas não excessivamente para não criar entropias no sistema.

– **Quarta questão:** Relativamente à Formação deixou uma nota que deveria ter deixado no mandato anterior, este plano de formação único é de louvar, no entanto entende que continua a existir falta de reflexão visto que a nível internacional há um enorme investimento em formação contínua para continuarmos a ser competitivos no mercado. Sabemos que temos pela frente enormes desafios (IA, sustentabilidade) e a OA deve refletir mais profundamente sobre isso. Ao nível europeu há outras ordens a investir no tema da formação contínua, gostaria que em 2025 o Plano fosse mais ambicioso para a secção LVT e restantes secções.

– **Resposta do Presidente PN:** Explanou que está em curso um esforço na formação dos membros, e que de momento, estão já a ser negociadas formações gratuitas para membros nas áreas da sustentabilidade e novas tecnologias e nas quais estão envolvidos, juntamente com o CDN, de forma a abranger todos os membros das secções. Não entende que no imediato haja alterações a fazer ao Plano único de Formação.

– **Quinta questão:** Recursos humanos, o presidente PN referiu que foi feita uma auscultação, ainda em curso, aos funcionários para perceber as necessidades formativas. No entanto, um dos grandes problemas desta instituição é nos

seus funcionários não terem uma carreira e não terem progressão previsível na carreira, não terem plano de formação expectáveis e a progressão financeira não ter regras, sendo um problema para as a instituição. Referiu que a previsão da melhoria das condições salariais na OA é uma das fragilidades das condições dos funcionários.

– **Resposta por Presidente PN:** Referiu que esta foi a prioridade deste o primeiro dia. Acrescentou que é preciso um pouco mais de tempo para conhecer os funcionários, o seu histórico remuneratório e que já sabem quais as suas necessidades de formação. Nessa medida, no que diz respeito a carreiras, há trabalho a ser desenvolvido e em breve irão avançar com medidas em análise pelas implicações financeiras.

– **Sexta Questão:** Procurou mais informação e sabe que foi aprovado o Plano de Quotização para este ano, e gostaria de perceber se foi alterado?

– **Resposta do Presidente PN:** Referiu que quanto este tema mantém-se e foi definido entre as 8 secções em 8 horas de reunião.

– **Sétima questão:** Parabenizou o Conselho de Disciplina LVT por revelar trabalho de continuidade dos casos tipo de decisões e do registo estatístico, visto que é trabalho que pode ajudar a esclarecer os membros.

– **Oitava questão:** Em relação a competência do CDR LVT emanadas do CDN, não encontrou no documento, relativamente ao tema da revisão estatutária, nada sobre o assunto. Questionou de que forma pretendem fazer avançar enquanto CDR, neste processo de revisão estatutário. Incentivou a participação ativa do CDR às alterações legislativas ao código de edificação.

– **Resposta do Presidente PN:** Disse que o CDR esteve presente na Assembleia da República com o CDN e com outras secções regionais, o que revela um trabalho de proximidade e sintonia.

Sublinhou que a proposta de redação legislativa entregue foi trabalhada em conjunto no que era cirúrgico e relacionado com os atos próprios dos Arquitectos. Referiu que no dia 3 de janeiro se saberá mais sobre a revisão estatutária em curso. Relativamente ao Quadro Único da Construção é de referir que as competências do CDR emanam do CDN. Porém, é um documento que na fase em que se encontra o CDN terá de fazer o trabalho de arranque e depois as secções irão entrar e completar o documento.

3. Miguel Varela Gomes (MVG), Membro N° 7170:

Referiu que tinha duas notas a fazer:

–Relativamente à Bolsa de Jurados, gostaria de perceber qual é o objetivo da mesma. Discorda que a Ordem deva nomear jurados, por questões de éticas e de equidade. No seu entender, deveria disponibilizar uma Bolsa de Jurados competentes e as entidades adjudicantes, com critérios estabelecidos pela Ordem (os que vigoram), teriam uma bolsa para escolher os jurados representantes da Ordem. Não entende a vantagem de que seja a Ordem a nomear, visto que devemos garantir a imparcialidade que se impõe e que está indiscriminadamente ao serviço de todos.

–Segunda nota, e em resposta à sua antecessora e sucessora arquiteta CLV, concorda com as suas observações relativamente aos recursos humanos, são o ativo mais importante que a Ordem tem e as carreiras devem ser revistas ao nível global e não sectorial. Entende que uma secção não deveria tomar decisões de forma avulsa. E relembrar à

colega CLV que no mandato anterior foram feitas contratações a preços escandalosos. De facto, refere que temos de nos indignar com situações que ainda estão em vigor e sem compensação. E acrescenta que é urgente rever as condições salariais de trabalhadores que estão na instituição e têm formação superior e anos de casa, tal como as carreiras dos Arquitectos, nas quais exigimos remunerações condignas. Como nota, refere que intervém enquanto membro ativo, mas igualmente membro eleito, em plenas funções, situações indissociáveis.

– Alertou para o facto de que a instituição tem de dar o exemplo em matérias de simplificação, visto que luta por um novo Código de Construção, e uma revisão legislativa e depois internamente existem 17 regulamentos diferentes.

Refere que está envolvido na uniformização de procedimentos e na elaboração de plataforma única de procedimentos urbanísticos, ferramenta tecnológica que vai forçar os municípios a uniformizar os procedimentos, mas olhando para dentro da instituição, temos formulários de secções diferentes entre si, o que denota uma negação da uniformização administrativa mesmo entre secções.

– **Resposta do Presidente PN:** Respondeu que a equidade é o que se pretende com a Bolsa de Jurados. E que não se pode pedir a um CDR para escolher um jurado visto poder condicionar o resultado do concurso.

O arquiteto MVR contrapôs dizendo que não está a por em causa a existência da Bolsa, mas qual o objetivo da mesma, sendo que é sem dúvida uma boa iniciativa, mas não serve para a OA nomear jurados. Deve estar disponível para as entidades poderem escolher visto que todos estão os listados seriam habilitados, evitando conflito de interesses.

– **Resposta do Presidente PN:** Aceita e refere que o princípio a seguir é esse mesmo, o da equidade.

4. Paulo Mallen (PM) Membro nº 3002:

–**Primeira questão:** Refere que além de membro é funcionário da Ordem. Pergunta se os colaboradores que irão receber formação são apenas os efetivos ou todos irão ter direito? E acrescentou que não havendo formação de colaboradores atualmente, não entende porque no plano de atividades refere que vai haver um reforço no investimento em formação de colaboradores. Sabemos que há vários mandatos que não há qualquer formação dos funcionários da Ordem, o que é grave.

–**Resposta do Presidente PN:** Disse e repetiu, perentoriamente que todos os funcionários terão formação neste mandato.

–**Segunda questão:** Questiona porque razão em várias áreas do Plano referem o nome dos colaboradores e outras não, foi por lapso ou premeditado?

–**Resposta do Presidente PN:** Explicou que este documento foi escrito a diversas mãos e, que por esse facto terá sido com certeza um lapso, pois não há privilégios para ninguém.

5. Intervenção de CLV:

Ainda em resposta ao arquiteto MVG, referiu que concorda com o que disse. E acrescentou que no mandato anterior houve situações em que ultrapassaram o CDN e criaram conflitos entre funcionários e que recursos humanos são uma única entidade perante a SS. E, que quando entrou na Ordem presenciou um cenário de grandes assimetrias entre CDN e antigo CDRS Sul e CDRS Norte. Diz-se a favor de pagar bem aos funcionários e manter pessoas satisfeitas e

motivadas para trabalhar, mas que na instituição Ordem a realidade é de funcionários com 12 anos de casa que têm valores de contratação ridículos.

Refere que este é um trabalho árduo no sentido de equilibrar as remunerações que dependem de fatores como a experiência, anos de carreira e conhecimento das diversas realidades. Entende que esta é uma situação primordial a ser resolvida.

Em relação ao tema Bolsa de jurados, diz que não concorda com o que foi dito. A Ordem designa jurados porque faz a assessoria de concursos e faz a nomeação destes jurados que representam a Ordem.

Acrescenta que não somos todos iguais, nem com a mesma experiência, e se queremos que os concursos sejam vistos de forma séria, temos de garantir que temos os melhores jurados, e não deixar ao acaso.

Não é isenção, e não contribuir pela qualidade, é um trabalho difícil, mas é preciso olhar para esta bolsa e ter a coragem para escolher a melhor pessoa para cada concurso. O conhecimento e experiência de um jurado só credibiliza os concursos. Diz que inclusive há pessoas que deixam de participar em concursos por não reconhecerem nos jurados escolhidos capacidade para avaliar.

6 – Intervenção de MVG :

No seguimento do tema anterior, comentou que também pode acontecer o contrário, e o facto de ser a OA a nomear, pode inspirar maior confiança e quem escolhe tenha competência para escolher. A questão é que para selecionar jurados é preciso haver critérios para integrar a Bolsa, e critérios apertados, tomando do princípio que todos os que estão nesta listagem terão qualidade para tal. Depois o adjudicante terá liberdade de escolha.

7. Samuel Dias (SD), Membro nº 23240:

Felicitou pelo Plano de atividades para 2024 e refere que muitas atividades são bastante claras e informativas, porém, outras são mais vagas, talvez por questões de tempo.

A sua primeira questão foi relativa ao cumprimento de prazos, dizendo que os Arquitectos têm de cumprir prazos para entregar projetos, mas que os municípios não os cumprem. Questionou quais são as ações de sensibilização que o CDRLVT pode implementar junto dos municípios sobre esta matéria?

Em relação a concursos, referiu que nos próprios concursos assessorados pela OA os concorrentes têm cerca de um mês meio para entregar proposta, e depois ficam cerca de 7 meses a aguardar pareceres e resultados. O que pode a Ordem fazer?

No tema da nomeação de Jurados, é da opinião que 3 júris é o adequado, mais 3 suplentes porque quanto mais rico for mais honroso e maior imparcialidade na avaliação existirá, mas quanto mais júris mais prolongamos os prazos para a avaliação, dos trabalhos.

–Resposta do Presidente PN: Diz que está a ser levado a cabo um trabalho de sensibilização dos municípios já a partir de janeiro 2024, com algumas reuniões já marcadas. Refere que a uniformização de procedimentos estará para breve, através de normativa, definida num âmbito nacional. O CDRLVT pode fazer um trabalho "porta a porta" na

sensibilização dos municípios. Esse trabalho alberga um leque de várias áreas e a questão da agilização dos procedimentos do licenciamento são essenciais. Não esquecendo que já estão a ser implementados entre secções os grupos de trabalho com técnicos nas áreas do licenciamento para ações de sensibilização destes técnicos para ultrapassar barreiras, em especial na interpretação da lei e procedimentos.

Em defesa do Serviço de Concursos, referiu que os prazos e os incumprimentos são na maioria, por parte das entidades adjudicante, e a OA cumpre os prazos, mas muitas vezes estas entidades dão as respostas fora do prazo e sem responsabilidade, protelando os processos. No que diz respeito aos serviços da Ordem, afirma que todos os prazos foram cumpridos.

Sobre o tema Bolsa de jurados, concorda e entende que este é bom momento de reflexão no sentido de se criar um regulamento.

8. Rui Florentino (RF) – Membro nº 6765

Como primeira nota, congratulou por ter sido um Plano apresentado atempadamente antes de iniciar o ano de 2024, numa estratégia de cumprimento dos prazos como se lê nos estatutos.

E ainda, apesar do pouco tempo de mandato, estar explanado e compreensivo uma dinâmica de fazer uma síntese para seja um Plano claro e globalmente fácil de ler e de compreender pelos membros.

A segunda nota, tinha que ver com uma iniciativa positiva que já vinha do mandato anterior, o «Atlas dos materiais», que não fica presa apenas ao âmbito regional, mas que vai ser alargado a nível nacional e internacional, como exemplo de boas práticas.

Um terceiro aspeto positivo deste Plano referiu a vontade de monitorizar os consumos energético e gastos com a sede que devem ser tratados brevemente e que é um trabalho urgente e de assinalar.

A questão foi, o que tem sido feito para dar andamento ao investimento da ampliação da sede? De referir também que o Concurso para ampliação da sede será uma realidade visto que já neste mandato serão dados passos consequentes e de futura, além das melhorias que necessita o edifício, dando um exemplo face à envolvente.

–Resposta do Presidente PN: Reuniram a 15 dezembro com o arquiteto vencedor do concurso Luís Pedro Pinto, juntamente com o CDN e recebemos já um email do arquiteto referente ao cronograma de trabalhos como solicitado. O trabalho está em curso e temos um cronograma do que é o desenvolvimento do projeto de licenciamento.

9. Patrícia Mesquita (PM), Membro nº 15636:

Colocou dúvidas sobre o que podem assinar os membros efetivos e os não membros efetivos e falou do seu caso em concreto. Questiona se a quota não poderia ser mensal e não anual/semestral visto que já aconteceu fazer suspensão das quotas e nem sequer poder exercer nem entrar em concursos teóricos por isso.

Colocou a dúvida de que se quiser participar num concurso não poder sequer participar nem publicitar nada caso não pagar as quotas.

Num segundo ponto, propôs que toda a sociedade civil deveria poder vir à casa dos arquitetos para esclarecer questões como quando compram casas ou como fazer um projeto de arquitetura e não apenas os turistas.

Disse que não entendia o facto da legislação permitir a existência de casas com apenas uma direção solar e permitirmos isso enquanto classe profissional, pois deveríamos exigir maior qualidade na construção, não usando sistemas passivos que temos e sem necessidade das questões energéticas.

-Resposta do Presidente PN: Respondendo à primeira questão pediu ao membro para enviar ao provedor do Arquitecto nova reclamação assim que entre em funções, referindo que as respostas do provedor são sempre publicas no site único. Informou a colega que tem dois caminhos possíveis: contactar o novo provedor e remeter a sua questão e queixa a este. E, paralelamente fazer uma exposição para a Presidência do CDRLVT para encaminhar para o gabinete jurídico.

10. Sofia Aleixo (SA), Membro nº 4798:

Saudou a Presidência do CDR LVT pelo documento produzido. Saudou igualmente as iniciativas previstas para a Biblioteca porque é importante dinamizar este espaço.

Colocou uma dúvida, no seguimento da extinção dali a 3 dias das Direções Regionais de Cultura que são quem classifica o património, perguntando ao Presidente PN se pelo que diz o Plano de Atividades, como é que o CDR LVT irá ajudar a classificar os edifícios, isto porque leu que se propõe fazer um inventário de classificação de património edificado. Questionou o que é que está efetivamente o CDR LVT a pensar fazer em concreto?

-Resposta do Presidente PN: Refere que têm recebido alertas que chegam dos membros de diverso património em risco e, numa lógica de proximidade com os municípios, investir na proteção de certo património que esteja em risco. E que este será um trabalho de âmbito municipal.

Para isto, pretendem sensibilizar para o trabalho de inventariação do património de forma a protegê-lo e que o CDRLVT estará presente para ajudar. A título de exemplo, refere que no município de Setúbal já iniciaram um trabalho de catalogação e inventariação dos projetos SAAL que o município quer no próximo ano, em conjunto, divulgar.

O Presidente JPB encerrou as intervenções, informando todos os presentes que o Secretário da Mesa da Assembleia Regional de LVT, arquiteto Gastão Ferreira, por motivos pessoais, teve de se ausentar tendo sido substituído pela Secretária suplente arquiteta Susana Oliveira, ainda antes das votações do ponto 2 da OT.

Antes de iniciar a votação, o Presidente JPB questionou todos os membros no auditório se tinham assinado o livro de presenças à entrada. Alguns membros não o tinham feito, pelo que se deram alguns minutos para que o pudessem fazer junto do funcionário em questão.

Verificou-se ainda que uma das pessoas presentes não estava inscrita enquanto membro ativo. E, nesse sentido, o Presidente JPB lamentou a situação e informou todos que por lei estatutária apenas os membros ativos inscritos podem participar e votar nas Assembleias Regionais. Pelo que o membro abandonou o auditório de livre e espontânea vontade (Patrícia Mesquita, Membro nº 15636).

De seguida e com todos os membros presentes, o Presidente JPB colocou à votação o **ponto 2** da OT.

| | |
|-----------|----|
| A Favor | 21 |
| Contra | 0 |
| Abstenção | 2 |

Desta forma, o Plano de Atividades para 2024, foi aprovado e obteve um total de 21 votos favoráveis.

Ponto 3. Outros assuntos de interesse para a Secção:

O Senhor Presidente JPB referiu que neste ponto 3, recebeu um documento que é uma proposta para um Regimento Interno de funcionamento da Assembleia Regional de LVT. Referiu que esta proposta não estaria em condições de ser apresentada, visto levantar algumas questões jurídicas e de operacionalização.

Explicou que existem cerca de 9 000 a 10 000 arquitetos inscritos em pleno uso das funções na secção LVT. E, que neste momento é impossível com o sistema vigente, realizar uma Assembleia Regional LVT porque não há espaço para tantos membros, um sistema que foi inventado pelo legislador e não serve a instituição pois é difícil de implementar. Acrescenta que o facto de haver fraca participação nas Assembleias Regionais, por parte dos membros, se deva também ao facto das pessoas não poderem deslocar-se presencialmente. Chamou a atenção para a possibilidade de se terem de fazer de futuro Assembleias online em direto, mas os sistemas existentes ainda não estarem preparados para a possibilidade de tantos participantes e, por isso, se ter de avaliar, juntamente com o CDRLVT qual a melhor forma de articular a situação.

Disse ainda que se tentará que nas próximas assembleias se possa transmitir em direto e permitir que mais gente participe e assista.

O Presidente PN acrescentou que o CDRLVT está a reestruturar todo o sistema de som, e que quando se marcou a Assembleia a intenção foi a de se poder fazer presencial e telemática, mas logo se percebeu que não haveria condições para o fazer no auditório da sede da Ordem.

Neste sentido, pretende-se que um membro que esteja longe possa participar e não tenha de se deslocar a Lisboa. Neste momento, as condições do auditório vão ser melhoradas para incentivar a participação e representatividade e, elaborar um regimento que precisa de ser ajustado á realidade e circunstâncias.

O arquiteto PM pediu para intervir, e referiu que fez a mesma observação há um ano atrás sobre as Assembleias terem de ser online, e que durante a pandemia foi possível fazer-se. Referiu que todos os membros têm direito a assistir às Assembleias Regionais. E pediu para que alguém se responsabilize e agilize a situação que entende como inaceitável.

O Presidente JPB, referiu novamente que esta equipa está empenhada a resolver a situação e que quem faz legislação não entende a realidade prática e sua aplicabilidade. Acrescentou que o local com capacidade e a forma de votar dentro da legalidade, devem ser pensados e implementados no cumprimento da lei. Sublinhou que a Mesa da Assembleia Regional de LVT está empenhada e recetiva a receber ideias e sugestões, visto que é uma situação que até entre juristas não colhe ainda consenso.

O arquiteto SD pediu para intervir para dar uma sugestão para solucionar esta questão: visto que as votações nas eleições foram feitas eletronicamente, poderia criar-se a seguinte solução híbrida: apresentação do Plano online, os membros teriam tempo para ler, depois participariam por email com sugestões e dúvidas, e depois a votação teria de ser com sistema semelhante ao das votações, apesar de não ter a certeza dos timings e prazos estipulados por lei.

O Presidente JPB, respondeu que temos problemas jurídicos que devem ser acautelados, decorrentes na aplicação do Código do Direito Administrativo que tem contradições e deu alguns exemplos já analisados, mas que temos de cumprir.

A arquiteta CLV pediu para intervir, dizendo que no seu ponto de vista o problema da falta de participação dos membros nas Assembleias não se deve ao facto de não ser telemática, mas à falta de interesse dos arquitetos na nossa Ordem. Referiu que já houve assembleias telemáticas no passado com menos participantes que esta presencial e que este é o cenário.

Sublinhou a incapacidade, por parte dos membros, em entender o que se faz na instituição e a sua falta de interesse, e acha que o foco é incentivar a participação de mais membros na Ordem dos Arquitectos.

Refere que gostaria que os membros percebessem que nesta instituição, as pessoas fazem um esforço para contribuir para pequenas mudanças na legislação e que todos os membros poderiam e deveriam contribuir.

O Presidente JPB sublinhou mais uma vez que temos de estar preparados para dar resposta ao universo de cerca de 10 000 membros, em caso de pretenderem todos participar. E que de momento estamos a tentar encontrar uma solução viável.

Arquiteto MVG quis acrescentar, por último que relativamente ao membro que teve de sair da Assembleia regional por não estar ativo, disse que a OA é uma entidade de direito público, que tem por isso de cumprir as leis e o exercício de

regulação da profissão sobre os seus membros e os não membros, pautando-se sempre pelo cumprimento das regras de forma escrupulosa e rigorosa.

O Arquitecto NT pediu novamente para intervir neste ponto 3 da OT.

Explanou que tem uma Livraria de Arquitetura e que é frequente presenciar conversas e comentários entre os clientes dizendo que há um acordo entre uma Livraria A+A e a Ordem dos Arquitectos.

Falou que existe um livro que foi editado pela A+A e Ordem que teve um custo na ordem dos 15 000€ e que foi colocado à venda pelo preço de 75€ cada. Entende que há alguma coisa que não está a ajudar os estudantes e as pessoas a terem acesso a este Livro. Além disso, é uma situação incomodativa, confusa, pouco clara e que denota subserviência por parte da OA.

Acrescentou que está desde 28 setembro 2023 a tentar perceber quais as condições comerciais para poder, enquanto editor, vender este livro, «Enciclopédia Prática da Construção Civil» junto do CDRLVT e que ainda não obteve respostas até ao momento presente.

Enviou um email a 14 de dezembro de 2023 ao CDRLVT, mandato anterior então em funções, sobre o mesmo assunto. E queria saber se este email foi transmitido e informação ao novo Presidente PN ou não?

Após várias tentativas de contacto, a anterior Presidente do CDRLVT respondeu a 13 outubro 2023 (2 dias após a tomada de posse dos novos órgãos), dizendo que o assunto seria apresentado ao novo CDR LVT a quem caberia tomar uma decisão. Salaria que foi feita e continua a ser feita publicidade da Livraria A+A em canais digitais da OA, dando visibilidade apenas a esta editora para além do lucro pela exclusividade. Entende que é uma situação de discriminação e que deveria ser do interesse da Ordem que este livro estivesse no maior número de sítios possíveis.

Em resposta, o Presidente PN disse ao membro NT que foram solicitados por parte de diversas editoras a mesma informação. E que até ao momento, não é possível o CDRLVT dar alguma resposta porque estão ainda a apurar o negócio da edição deste livro e é preciso fazer um inventário e trabalho de prospeção sobre faturação (vendas, custos, etc) e que esse trabalho ainda não está terminado. Foi, por isso, suspensa a cedência de livros à Livraria A+A.

Por fim, o Presidente da Mesa JPB, leu para todos os presentes a ata minuta e explicou que será enviada a ata final a todos por email, e que estes poderão apreciar e posteriormente votar, por forma a evitar a realização de uma nova assembleia para apenas ser votada uma ata. Haverá um prazo de resposta para emendas caso se entenda e, cada um dos presentes votará o documento.

Concluiu dizendo que esta foi a única forma encontrada para facilitar a situação e evitar levar um ano a aprovar uma ata, como aconteceu na anterior.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente JPB e secretários da Mesa deram por encerrada a Assembleia Regional LVT pelas 23:41 horas, da qual se lavrou a presente ata final e foi assinada pelos membros da Mesa da Assembleia de Lisboa e Vale do Tejo.

O senhor Presidente JPB aproveitou para desejar a todos um excelente ano de 2024.

Janeiro de 2024

Presidente da Mesa | João Paulo Bessa _____

Secretário da Mesa | Liliana Nóbrega _____

Secretário da Mesa | Gastão Ferreira _____

Secretário da Mesa | Susana Oliveira _____